

## O ENSINO SUPERIOR PELAS LENTES DO JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA (1950 – 1970)

### THE HIGHER EDUCATION BY THE LENS OF THE *CORREIO DE UBERLÂNDIA* NEWSPAPER (1950 – 1970)

Sauloéber Tarsio de SOUZA\*

**Resumo:** Abordamos aqui as representações veiculadas pelo jornal *Correio de Uberlândia* em torno do processo de criação e expansão do ensino superior no Triângulo Mineiro, no período entre os anos de 1950 e 1970. Foram catalogadas e digitalizadas 1495 notícias, sendo que 598 (40%) relacionavam-se ao ensino superior. A partir do final da década de 1950, o número de notícias com esse tema cresce exponencialmente, decorrente da criação e estruturação da Escola de Engenharia, das Faculdades de Direito, de Filosofia e de Ciências Econômicas, que dariam origem a Fundação Universitária, posteriormente, Universidade Federal de Uberlândia. Já em fins da década de 1960 o protagonismo seria das Faculdades de Medicina e de Odontologia. Assim, o jornal alimentava o imaginário da população, vinculando a ideia da cidade de Uberlândia enquanto metrópole regional.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Representações de Imprensa; Triângulo Mineiro.

**Abstract:** We approached the representations conveyed by the *Correio de Uberlândia* newspaper about the process of creation and expansion of higher education in the *Triângulo Mineiro*, between 1950 and 1970. It was cataloged and scanned 1495 news, and 598 (40%) of them were related to higher education. From the late 1950s, the number of news on this theme grew exponentially, resulting from the creation and structuring of the School of Engineering, the Faculties of Law, Philosophy and Economic Sciences, which would give rise to the *Fundação Universitária*, later *Universidade Federal de Uberlândia*. In the late 1960s, the protagonism would be the Faculties of Medicine and Dentistry. Thus, the newspaper fed the imagination of the population, linking to the idea of the city of *Uberlândia* as a regional metropolis.

**Keywords:** Higher Education; Press Representations; *Triângulo Mineiro*.

#### *Introdução*

Este trabalho é fruto de pesquisa desenvolvida a partir das atividades do projeto “Representações de Imprensa: o Universo Escolar nas Páginas de Jornais do Triângulo Mineiro (1950-1970)”<sup>1</sup>. Os dados apresentados decorrem da catalogação e digitalização das notícias sobre a educação coletadas no Jornal *Correio de Uberlândia* que circulava no município mineiro. Nesse trabalho em específico, objetiva-se abordar as representações em torno do processo de criação e expansão do ensino superior no Triângulo Mineiro, veiculadas

---

\* Doutor em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de Campinas - UNICAMP. Campinas, SP - Brasil. Professor da Universidade Federal de Uberlândia (Instituto de História). E-mail: sauloeber@gmail.com.

especificamente nesse jornal, buscando identificar principais fatos e personagens destacados por ele, articulando as dimensões de análise em perspectivas micro e macro.

Acredita-se que parte da relevância do trabalho se sustenta na contribuição histórico-educativa original relativa aos debates sobre essa temática veiculada pela imprensa escrita local, e que ocupava expressivo espaço do jornal aqui pesquisado. Esse dado pode ser constatado pelo fato de que a leitura das notícias catalogadas e digitalizadas revelou que de um universo de 1495 notícias referentes à educação, cerca de 40% delas (ou 598) tratavam de questões voltadas ao ensino superior. Assim, quase a metade das notícias correspondeu a este nível de ensino entre os anos 1950 a 1970, revelando interesses da editoria desse periódico atrelados ao campo da educação superior. Também se destaca como contribuição desse trabalho, a preservação de fontes impressas das coleções disponíveis no acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, por meio da catalogação das questões específicas ao universo educacional, mas, sobretudo, criando arquivos digitais dos jornais desse período, contribuindo para sua preservação.

O estudo das representações veiculadas pela imprensa só tem sentido quando articulado ao mundo concreto, ou seja, é necessário ancorar o debate das ideias a outros fatos/dados do período estudado. Assim, salienta-se que nessas décadas houve crescimento significativo da rede pública escolar urbana no território nacional e também em Uberlândia, além da aposta no nível superior, como reflexo do processo de urbanização e industrialização – fomentado, em especial, a partir dos anos de 1930, com as políticas de nacional-desenvolvimentismo do governo de Getúlio Vargas (IANNI, 1988), perceptíveis também pelos debates presentes nas páginas do *Jornal Correio de Uberlândia*.

Esse periódico foi fundado em 1938, sob a responsabilidade de Osório José Junqueira, natural de Ribeirão Preto-SP. De acordo com Santos (2009), o jornal circulava, nos anos de 1950, quase todos os dias em 04 páginas (02 folhas) e seu redator chefe era João Edison de Mello. Já nos anos de 1960, a circulação acontecia em dias alternados, mas as edições foram ampliadas para 08 páginas (04 folhas) exceto em datas comemorativas, como o natal, quando a publicidade predominava em suas páginas. Em 1986, um grande grupo empresarial da região assumiu o controle acionário do periódico e, depois de pertencer a diversos proprietários, contando com uma trajetória de quase 80 anos de publicações debatendo assuntos locais, nacionais e internacionais, o jornal encerrou suas atividades no dia 31 de dezembro de 2016, deixando grande acervo jornalístico e se constituindo em fonte impar de pesquisa da história do Triângulo Mineiro.

Na figura que segue, vemos uma das reportagens relativas à criação de instituição de ensino superior entre as mais prestigiadas da cidade e, o jornal se colocando a serviço dos grupos políticos locais na ação de exercer pressão sobre o então chefe de estado, o mineiro Juscelino Kubitschek, buscando a efetivação dessa escola.

**Figura 1 – Capa do Jornal Correio de Uberlândia dia 24 de janeiro de 1960**



Fonte: Jornal *Correio de Uberlândia*, 24/01/1960, Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

O artigo está organizado em três seções, além de introdução e considerações finais. Na primeira parte são feitas rápidas reflexões em torno da utilização da fonte jornalística nas pesquisas de história e história da educação; no segundo momento, apresentam-se breves dados sobre a trajetória do ensino superior no país, enfocando também a segunda metade do século XX, e na terceira seção, tratam-se dos dados levantados na pesquisa, fazendo algumas reflexões sobre as representações veiculadas pelo jornal *Correio de Uberlândia*.

### *O Jornal como Fonte para a Pesquisa Histórico-Educativa*

Desde os anos de 1980, os jornais têm sido amplamente utilizados como fonte de pesquisa em história (e também em história da educação), mesmo que tenham sido considerados até então, como fontes suspeitas para esse tipo de pesquisa, pois se entendia que estes veículos

carregariam alto grau de subjetividade (LUCA, 2006). Já Capelato (1988) apontou em suas reflexões certa polarização entre os pesquisadores brasileiros no trato do “documento-jornal”:

Até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade (p. 21).

Contudo, tais concepções míopes sobre a fonte jornalística foram superadas gradativamente e os historiadores passaram a incorporar o jornal em seu ofício, reconhecendo que suas informações se constituiriam em rico manancial portador de múltiplas representações imagéticas que ajudam a compreender determinado objeto em contexto específico. Obviamente, os pesquisadores passaram a enxergar o envolvimento do jornal em jogo de interesses que transitam entre o embate de posições e a convergência delas, independentemente do perfil do periódico, se progressista ou conservador. O posicionamento político do jornal nem sempre se expressa apenas pelo seu editorial, por isso é preciso observar as presenças nele do poder econômico, da sociedade civil organizada, de governos de todas as instâncias, de anunciantes e leitores, que disputam o espaço em suas páginas de modo dissimulado ou declarado.

Dessa maneira, o historiador deve saber diferenciar os objetivos dos textos jornalísticos daqueles que produz em seu ofício, compreendendo que o jornalismo decorre de prática social vinculada diretamente ao modo de vida de alguns grupos sociais distintivos, dentro da hierarquia da sociedade. Rioux (1999) diferenciou os ofícios do historiador e do jornalista, segundo ele, enquanto o primeiro teria clareza do seu propósito buscando dar sentido à realidade, o segundo seria o “homem apressado” juntando fatos de maneira assoberbada por acreditar estar entregando ao seu leitor a vida em seu estado mais bruto, seria o retrato do instante imediato ao ocorrido, por isso teria a liberdade de “inventar fontes” sem critério para tratá-las.

Outras duas observações necessárias aos historiadores que utilizam o jornal como fonte são relativas à circulação e ao financiamento do periódico. A primeira diz respeito ao desafio de se buscar mensurar o alcance social do jornal e o primeiro obstáculo é a falta de informação sobre o número de exemplares impressos e as regiões aonde foi distribuído, bem como a veracidade de tais informações. A segunda se refere ao financiamento do jornal, em grande parte dependente da venda de espaços em suas páginas aos anunciantes, gerando grande pressão sob a redação dos periódicos, já que sua circulação deve ser revertida em resultados para seus

patrocinadores, de maneira que o mercado acaba se imbricando nas ações das editorias dos jornais.

Todas essas reflexões de ordem teórico-metodológicas apropriadas pelos historiadores permitiram que a imprensa escrita fizesse parte do seu repertório de fontes, e assim, assimilou-se a ideia de que o conteúdo veiculado nas páginas dos jornais não apenas informaria acontecimentos e conhecimentos, mas, também os produziram, sendo, pois, portadores de particularidades e interesses subjetivos (CAPELATO, 1988).

Entende-se, portanto, que as informações obtidas nas fontes jornalísticas, pelo pesquisador, trazem uma linguagem e conteúdos que atendem aos interesses de determinados grupos socioeconômicos, responsáveis pela manutenção desses veículos de comunicação de massa, ou estão, direta ou indiretamente, ligados a eles. Nesse sentido, por meio da análise das representações sobre o ensino superior veiculadas pelo Jornal *Correio de Uberlândia*, pode-se compreender o ideário social a respeito da educação no período investigado, bem como, o contexto e os interesses políticos que compunham a sociedade uberlandense.

Assim, assume-se também no âmbito da história da educação que a imprensa escrita, constitui-se em “um rico instrumento [que] fornece elementos que clarificam os debates realizados na esfera social, e que nem sempre estão próximos dos setores formais da prática escolar” (PASQUINI e TOLEDO, 2014, p. 265), caracterizando-se, nesse caso, como um importante recurso utilizado pelo investigador da história, mas também da história da educação. Essas fontes, portanto, tem tido grande relevância no processo de investigação historiográfica, tendo em vista que, suas páginas trazem:

[...] elementos históricos que, seguramente, proporcionam o entendimento não só do processo educacional em si, mas dos debates havidos na sociedade em nome da realização de uma forma determinada de relação social e, na qual a educação desempenhava e desempenha papel relevante. (PASQUINI e TOLEDO, 2014, p. 262)

Ou seja, o uso da fonte jornalística passou a subsidiar também o trabalho do pesquisador da história da educação, ganhando relevância como suporte para análises histórico-educativas, em especial de objetos de recorte temporal distante da atualidade, possibilitando o entendimento de lacunas e também fomentando a formulação de importantes análises estabelecidas enquanto contraponto da história da educação dita oficial, apoiada na legislação e documentos escolares.

Assim, compreende-se que a adoção do conceito de representações de Roger Chartier nessa pesquisa possa iluminar as análises dos conteúdos veiculados no jornal em foco, considerando-se que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (p. 17).

Ou seja, as representações produzidas pelas diferentes sociedades constituem elementos de análises que ajudam a entender o processo histórico de formação de discursos, que não são neutros, mas carregados de intencionalidades. Dessa maneira, refletir sobre as representações elaboradas pelo Jornal *Correio de Uberlândia* em torno do ensino superior permitiu a visualização de concepções pedagógicas que circulavam pelo imaginário da população local, bem como interesses mais amplos, como o projeto de cidade moderna e polo regional de desenvolvimento atrelado a grandes interesses dos grupos ligados ao periódico. Recorrendo a Araújo (2005, p. 177):

Do ponto de vista temático, a imprensa tem-se revelado em fonte impar, pois sua peculiaridade é revelar o movimento da história (seja ela educacional, social, comercial, industrial, político, literário, econômico, cultural etc.) em sua dinâmica cotidiana, tal como visto por aqueles que decidem o que noticiar. Já afirmou alguém que o jornalismo vive das circunstâncias. Embora, por vezes, o jornal seja encarado como uma fonte suspeita, na verdade é um rico manancial para a investigação histórico-educacional.

Por fim, é imprescindível nesse movimento de análise das imagens construídas e veiculadas pelo jornal, a ancoragem no mundo concreto, ou seja, observar mesmo que de forma breve, as movimentações em torno da educação superior, em especial a partir da segunda metade do século XX.

#### *Breves Reflexões sobre o Ensino Superior no Brasil*

A educação superior no Brasil, desde o início, foi se estruturando a partir de duas características principais: a privatização e a fragmentação institucional, marcadas pelo processo histórico peculiar. Enquanto a América Espanhola incentivou a instalação de universidades em suas colônias, Portugal além de não apoiar, proibiu as ações nesse sentido, criando em seu lugar bolsas de estudos nas instituições portuguesas para um pequeno número de filhos dos colonos. Além disso, permitiu a criação de cursos superiores em alguns Colégios Jesuítas que ofereciam Filosofia, Artes e Teologia, assim:

Com a proibição da criação de universidades na colônia, Portugal pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas, especialmente a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América (CUNHA, 2016, p. 152).

Contudo, com a transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, fomentou-se a necessidade de fundação do grau de ensino superior que não receberia nenhuma herança do modelo jesuíta ligado a Teologia. Apesar da corte portuguesa ter fugido da ameaça militar de Napoleão, nos campos da cultura e da educação, a influência de ingleses e franceses era bastante evidente em Portugal. Assim, o rei D. João VI optou por criar cátedras isoladas de ensino superior ao invés de criar universidades como no modelo português, visava atender a necessidade da nova sede do império português de formação de profissionais para os campos da medicina e da engenharia, inicialmente, cursos que ainda hoje são de bastante prestígio social.<sup>2</sup>

Durante todo o século XIX o ensino superior foi gradativamente ganhando densidade, porém, desenvolveu-se a partir da multiplicação de faculdades isoladas, e até esse momento não se consolidou um modelo de universidade como na Europa, o que fomentava a oposição entre liberais e positivistas no Brasil.<sup>3</sup>

Foi apenas com o advento da Proclamação da República, incrementando-se as burocracias pública e privada que gradativamente se gerou demanda por educação de todos os níveis, entre eles o ensino superior, desencadeando a necessidade de se regulamentar os diferentes níveis de ensino, surgindo assim, legislações específicas, como o decreto 8.659 (05-04-1911) conhecido como Reforma Rivadávia Correa e o decreto 11.530 (18-03-1915) chamado de Reforma Carlos Maximiliano que buscaram regulamentar os ensinos médio e superior no Brasil, contudo, o uso da nomenclatura universidade foi anterior a essas reformas: “A primeira universidade criada no país, explicitamente com esse nome, foi em Manaus, no estado do Amazonas, em 1909, durante o curto período de prosperidade gerada pela exploração da borracha (CUNHA, 2016, p.162)”. Em 1926 essa instituição privada teve suas atividades encerradas acompanhando o esgotamento da economia da região.

Outras experiências surgiram pelo país, como a Universidade de São Paulo em 1911 que também tinha aporte de capital privado, porém, já em 1917 foi dissolvida. Da mesma forma em Curitiba surgiu em 1912 a terceira universidade que recebeu grande apoio do governo estadual, mas dissolvida em 1920, restando as faculdades isoladas em ambos os casos. As experiências mais duradouras foram a Universidade do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais, que surgiram por meio da aglutinação de faculdades federais isoladas. A primeira aparece em 1920 e a segunda

em 1927, em ambos os casos os conselhos universitários eram instâncias mais simbólicas do que efetivas, dando um caráter débil a essas instituições. No entanto, com o decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, conhecido como Reforma Francisco Campos que se

(...) instituiu o regime universitário e fixou os seus fins no Brasil. Em síntese, esse decreto organiza a vida da universidade, o que até então não havia acontecido na educação brasileira. Prevê a organização da administração, a criação de órgãos e funções como Reitoria, Conselho Universitário, Assembleia Universitária e a Direção de cada escola (QUILLICI NETO, 2010, p. 53).

Assim, foram estabelecidas as condições de criação de outras experiências nos termos dessa nova lei, surgindo no ano de 1934 outras duas universidades a do Rio Grande do Sul e a de São Paulo. Até o fim do Governo Vargas, havia somente cinco universidades no país frente às dezenas de faculdades isoladas, além das duas criadas nos anos de 1920 e as duas em 1934, havia as Faculdades Católicas (embrião das pontifícias) que unificadas, foram reconhecidas pelo estado enquanto a primeira universidade privada do país, localizada também na cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, a grande pressão sob o sistema de ensino superior brasileiro teria seu auge a partir de fins dos anos de 1950, com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização que fomentou o surgimento do fenômeno do populismo no campo político, provocando alterações nas políticas de educação, levando, por exemplo, a adoção da equivalência entre cursos profissionalizantes e de nível secundário, medida que seria aprofundada pela implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024) no ano de 1961. Tal política aumentou fortemente a demanda por ensino superior no país que exigiu resposta principalmente do governo federal, assim, foram criadas novas faculdades federais, adotou-se a gratuidade de fato nessas instituições (sem cobrança de nenhuma anuidade ou taxas) e por fim, a federalização de muitas faculdades estaduais e privadas.

Foi nesse contexto que surgiu a Universidade Federal de Uberlândia, como produto das mudanças advindas desses debates em torno da necessidade de uma Reforma Universitária, ao longo dos anos de 1960. Os jornais contribuíram grandemente por difundir a ideia que atrelava ingresso ao ensino superior e prosperidade tanto individual quanto coletiva já que as cidades onde eram instalados tais cursos passavam a serem compreendidas enquanto *locus* de progresso. Assim, o modelo de educação superior existente era questionado nas páginas do Jornal *Correio de Uberlândia* que ao mesmo tempo pressionava para a criação de faculdades na cidade, fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Os debates presentes no jornal envolveram o estado (com o seu aparato técnico), a comunidade científica e o movimento

estudantil, colocando muitas vezes, esses personagens em lados opostos, como na questão da cátedra, herança do sistema erguido pela burocracia do Estado Novo.

Antes mesmo do golpe de 1964, havia movimentos pela modernização do ensino superior, de acordo com Cunha (1983), a presença dos militares no comando do estado, gerou num primeiro momento a tentativa de reprimir os debates sobre a reforma universitária, adotando-se a violência dentro dos campi, contudo, a pressão da classe média por aumento das vagas nesse nível de ensino que gerou a crise aguda dos excedentes (alunos aprovados nos exames de ingresso, mas sem vagas nas universidades) fez com que o debate avançasse. Assim, após o AI-5 em 1968, instituiu-se o Grupo de Trabalho (GT) para elaboração de um projeto de modernização desse nível de ensino, buscando-se controlar o processo por parte dos militares:

No Relatório elaborado pelo GT, a orientação desenvolvimentista era afirmada, porém no contexto do novo projeto político em implantação, o que implicava contraditoriamente esvaziar a proposta da sua dimensão política, atribuindo ao trabalho uma perspectiva essencialmente técnica (MENDONÇA, 2000, p. 147).

Após o trabalho do GT, foi aprovado a toque de caixa a Reforma Universitária pela lei 5540/68:

A partir daí, as universidades, particularmente as públicas – num primeiro momento, mantidas na sua quase totalidade pelo governo federal –, entrariam em um processo de consolidação, mesmo que irregular em seu conjunto, bastante ajudado, a meu ver, pela institucionalização da carreira docente e, especialmente, pela definitiva implantação dos cursos de pós-graduação. Este último foi, sem dúvida, o principal fator responsável pela mudança efetiva da universidade brasileira, garantindo, por um lado, o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da universidade e, por outro, a melhoria da qualificação dos docentes universitários. Privilegiando, de início, as áreas das chamadas ciências exatas, as agências de fomento criadas ao longo dos anos 50 acabaram por garantir uma surpreendente expansão da pós-graduação no país, que atingiu, num segundo momento, também as áreas das ciências humanas e sociais. Por outro lado, a autonomia da universidade não teve condições para se efetivar, no contexto do regime autoritário (MENDONÇA, 2000, p. 148).

Assim, os debates no Jornal *Correio de Uberlândia* refletiam um pouco tais debates, mas as discussões se centravam mesmo nos processos de criação dos cursos superiores na cidade já que esse nível de ensino ainda estava sendo estruturado, e mais tarde dariam origem a Universidade Federal de Uberlândia. Nos anos de 1950 e 60, as cidades de médio porte buscavam, via implantação do ensino superior, projetarem-se como centros de *progresso*, de modernidade e de avanço, um discurso ufanista também encontrado nas páginas dos jornais de Uberlândia.

*Representações do Ensino Superior no Jornal Correio de Uberlândia*

No período correspondente entre os anos de 1950 e 1970, pudemos perceber uma grande quantidade de notícias vinculadas à educação tanto a nível local quanto nacional e internacional, em torno de 1495 matérias ou notas veiculadas nas páginas do *Jornal Correio de Uberlândia*, com exceção dos anos de 1953 e 1967, cujos livros de tomo estavam em restauração devido ao precário estado de conservação.

Como visto anteriormente, o grupo de notícias que mais se destacou nas páginas desse jornal foi aquele relacionado ao debate do ensino superior, com cerca de 40% das matérias tratando, em especial, dos processos de criação de instituições desse nível de ensino na cidade:

**Tabela 1: relação de notícias do Ensino Superior**

Ano/ tipo	Fac. de Direito	Fac. de Filo.	Fac. de Eng.	F. Ciências Econômicas	Medicina e Odonto.	Univ. de Uberlândia	Outros	Total
1950							10	10
1951							13	13
1952							7	7
1953	**	**	**	**	**	**	**	**
1954	1		5	1			8	15
1955							3	3
1956			3	2			5	10
1957			4				2	6
1958			1					1
1959	6		1			1	4	12
1960	37	18	6				8	69
1961	20	8	7	1			13	49
1962	26	2	8	5			13	54
1963	22	1	12	4		5	6	50
1964	20	3	14	5			17	59
1965	20	6	8	6			13	53
1966	13	3	4	5	10	4	22	61
1967	**	**	**	**	**	**	**	**
1968	1	4	5	1	10		4	25
1969	8		3	2	5	10	17	45
1970	4	1	1	7	18	4	18	53
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>46</b>	<b>82</b>	<b>39</b>	<b>43</b>	<b>24</b>	<b>183</b>	<b>595</b>

Observa-se que a partir do final da década de 1950, o número de notícias sobre ensino superior cresce exponencialmente, decorrente da criação e estruturação da Escola de Engenharia e das Faculdades de Direito, de Filosofia e a de Ciências Econômicas. Como visto, nos anos de 1960 tais instituições passaram a ser federalizadas, processo que se deu por meio da criação da Fundação Universitária, que seria a gênese da Universidade de Uberlândia.

Em fins da década de 1960 surgem como protagonistas das páginas do jornal, as Faculdades de Medicina e Odontologia que se somando as outras instituições, faziam parte do projeto desenvolvimentista local, reflexo do nacional, revelando o desejo de grupo social privilegiado cujo ideal de *progresso* passava pela criação de oportunidades na educação superior. Porém, não eram quaisquer cursos, mas aqueles que historicamente geravam grande prestígio social aos portadores de seus diplomas, especialmente Engenharia, Direito e Medicina. Ressalta-se sobre o contexto local que:

Uberlândia, a partir da década de 1940, começou a experimentar um avanço econômico, com impactos demográficos, culturais e políticos, transformando a pequena cidade interiorana em um polo regional, ainda carente da implantação de escolas e faculdades de ensino superior, que eram reivindicadas pela elite local como parte do seu projeto desenvolvimentista (PRIETO, 2010, p. 384)

Isto é, a criação de instituições educacionais no município de Uberlândia passava a ser condição *sine qua non* para lançar a *ubrs* no cenário de desenvolvimento das metrópoles regionais interioranas, além do interesse do estado brasileiro em investir nesta cidade de localização estratégica para o desenvolvimento do interior do país, ganhando relevância com o processo de transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o interior do Goiás. Assim, somavam-se incentivos privados e públicos fomentando o crescimento populacional nesse período e a conseqüente demanda por serviços de saúde, educação, moradia, etc.

A faculdade de Direito de Uberlândia foi a instituição de Ensino Superior que mais recebeu destaque do *Jornal Correio de Uberlândia*: um total de 178 notícias. De acordo com Prieto (2010, p.386) a “criação da Faculdade de Direito é simbólica porque representa uma das primeiras escolas superiores que só existiram porque foram assumidas pela comunidade e não pelo poder público” Ela teria sido idealizada pelo professor Jacy de Assis<sup>4</sup> e mais dez personalidades da sociedade uberlandense, em 1959, tendo apenas suas atividades iniciadas no ano seguinte pelo Decreto Federal n.º 47.732 de 03 de fevereiro de 1960:

Funcionará (ano que vem) a Faculdade de Direito – Acaba de ser fundada a Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro. Nesta época que Uberlândia toma um novo aspecto que a cidade parece atingir um novo ritmo de crescimento, surge, não como ideia, mas já em caráter de entidade existente a Faculdade de Direito de Uberlândia [...] (*CORREIO DE UBERLÂNDIA*, 21/maio/1959).

Vê-se que a instituição surge decorrente do crescimento acelerado e, nesse caso, representaria o início de uma fase de *progresso* local, uma aposta de sua elite, preocupada com o desenvolvimento intelectual da cidade (PRIETO, 2010).

Apesar da Faculdade de Filosofia ter sido fundada em 1959 e autorizada a funcionar em 1960, praticamente junto com a Faculdade de Direito, teve número menor de notícias, totalizando apenas 46, uma demonstração da tradição e força dos cursos de ciências jurídicas na história do país. Essa faculdade foi também objeto de reivindicação da elite uberlandense, porém, criada e idealizada pela Igreja Católica e instalada no Colégio Nossa Senhora. Todavia, mesmo que fizesse parte do catálogo de exigências dos grupos de poder do município, percebemos, a partir da análise das notícias, que a criação desta instituição representava não o *progresso* material, como preconizado pela Faculdade de Direito, mas como objeto de aquisição intelectual e moral da juventude da metrópole em ascensão (PRIETO, 2009):

“Faculdade de Filosofia: um ano vencido, outro a iniciar” – Findo 1960. Terminado, também, o primeiro ano de lutas que, ora marcantes de triunfo, ora mescladas de desgosto, imprimem-se nas páginas da história da faculdade de Filosofia, hoje pequena ainda, no amanhã, grande e conhecida. A matéria sem o ornato do espírito, reduz-se a caos; a mente humana sem a moldura e as luzes dos conhecimentos torna-se vazia e sem vida. O homem se eleva, não por seus bens materiais, senão por seu intelecto, por suas virtudes morais. E, nada mais relevante nesse aspecto que o papel exercido pela Faculdade de Filosofia (*CORREIO DE UBERLÂNDIA*, 15/fevereiro/1961).

Nesse artigo, é possível perceber uma concepção de educação não pragmática dirigida a prosperidade material, mas de ilustração do espírito da juventude local, um discurso atrelado a uma proposta de educação moralista que deveria afastar o homem das coisas mundanas.

Outra instituição destacada pelo jornal foi a Faculdade de Ciências Econômicas, com 39 notícias. Mesmo não tendo tanto destaque quanto a Faculdade de Direito, de acordo com Prieto (2009), os caminhos para a criação de ambas foram os mesmos, tanto que as duas faculdades foram mantidas pela Fundação Educacional de Uberlândia. Iniciou suas atividades em 1963 e seu idealizador foi o professor Juarez Altafin<sup>5</sup>, que na época trabalhava como professor e juiz de Direito. A galeria de cursos era formada por Ciências Contábeis, Administração e Economia:

“Facul.: Ciências Econômicas” – Essa é, a nosso ver, uma grande promessa de êxito imprevisível, por contarmos com nada menos de seis grandes escolas de comércio nesta região, as quais representam mananciais para os cursos de Ciências Contábeis, de administração de empresas e de ciências econômicas, que constituem as atualíssimas carreiras da nova Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (*CORREIO DE UBERLÂNDIA*, 31/ janeiro/1963).

Outra instituição bastante prestigiada nas páginas do Jornal *Correio de Uberlândia* foi a Faculdade Federal de Engenharia (ou Escola de Engenharia, ou simplesmente Faculdade de Engenharia de Uberlândia), com 82 notícias. Segundo Prieto (2009) a fundação da Faculdade

de Engenharia de Uberlândia, (com os cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Química), expressava um grande desejo do então Ministro da Educação, Jurandir Lopes, que visava levar ao interior do país, cursos de formação técnica, formando mão de obra especializada para atender as demandas das indústrias, os engenheiros e organizações empresariais. O seu funcionamento se deu apenas em 1965, mesmo sendo criada em 1961, através da Lei n.º 3.864 de 24 de janeiro, justamente, por ser uma instituição federal, necessitando, neste caso, inúmeros medidas para assegurar os recursos de sua criação e manutenção (PRIETO, 2009).

A Faculdade de Engenharia de Uberlândia, porém, não apenas um desejo do Ministro da Educação, mas também um anseio da elite local, refletida nas ações dos políticos Valdir Melgaço<sup>6</sup> e Rondon Pacheco<sup>7</sup>. A partir das análises das notícias veiculadas no jornal, projetava-se grande importância na criação dessa instituição para o seu povo em geral, mesmo que seria uma instituição de ingresso elitizado. Isso pode ser observado pelo fato de que no ano de 1954 já circulavam matérias sobre a possibilidade de criação dessa escola superior em Uberlândia e sua fundação e funcionamento só viriam anos depois, justamente, para lançar a cidade no cenário das metrópoles regionais e superar a vizinha Uberaba.

Segundo reportagem do dia 03 de janeiro de 1964, em 1953, foi fundada a Sociedade de Engenheiros, Químicos e Agrônomos de Uberlândia – SEQUAU – e em seu programa de trabalho incluía a criação da Faculdade de Engenharia na cidade. Foi dito também que a criação da faculdade partiu de uma promessa do futuro candidato a presidência, Juscelino Kubitschek, com o propósito de projetar Uberlândia no projeto brasileiro de desenvolvimento e *progresso*, além da vinculação do nome do parlamentar Rondon Pacheco a esse projeto nas páginas do jornal.

Em relação às escolas de Medicina e Odontologia, catalogamos 43 notícias. O curioso é que na primeira matéria publicada pelo jornal – em 1966 – até a última – em 1970 – houve um crescimento exponencial de reportagens sobre as duas instituições. O que revela a importância dada pelo periódico a cursos historicamente elitizados. A grande ênfase dada a Faculdade de Direito migraria para as faculdades que abrigariam os cursos de saúde. Assim, no ano 1970, o jornal noticiou 18 reportagens sobre as faculdades de Medicina e Odontologia, enquanto as relativas a de Direito, recebeu apenas 4. Percebe-se, então, que, mesmo com a mudança de foco, a ideia de *progresso* estava viva no ideário uberlandense, representada no jornal via criação de cursos superiores na cidade. Segundo Prieto (2009), a gênese da Escola de Medicina foi com reunião de médicos para fundar a instituição mantenedora, a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FAMECIU), em 1966.<sup>8</sup>

Mesmo que autorizada a funcionar em 1966, a Faculdade de Medicina passou por uma série de problemas, inicialmente, por ser uma instituição particular, o que requeria grande

investimento além de despesas elevadas para sua manutenção, também havia o receio por parte de alguns dos médicos da época, por conta dos novos profissionais que seriam potencial concorrência aos idealizadores dessa escola. O que os motivava a prosseguir era a falta de uma rede de atendimento médico público em Uberlândia, havendo apenas em Uberaba, o que produzia um sentimento de desprestígio dos médicos uberlandenses em ter que mandar os pacientes para a cidade vizinha. Observa-se, portanto que, com a criação da Faculdade, além de ser um importante polo econômico, Uberlândia ganhou novo status de referência na área médica. A Faculdade de Odontologia, por sua vez, passou a funcionar em 1970, primeiro que a Faculdade de Medicina, sendo autorizada em 1967. A demora no funcionamento se deu pelas dificuldades financeiras e o local para seu funcionamento adequado (PRIETO, 2009).

Na reportagem do Jornal *Correio de Uberlândia* na edição dos dias 19/20 de abril de 1966, noticiava-se a alegria do povo uberlandense com a promessa de criação da Faculdade de Odontologia, que assim como as demais, preconizava o discurso de *progresso*, desenvolvimento e modernidade para o município mineiro, tornando-se, como referido na notícia “a Metrópole Universitária do Brasil central”.

O sonho uberlandense de *progresso* se consolidaria com a criação da Universidade de Uberlândia. Mesmo que no período em foco tenhamos localizado apenas 24 notícias dedicadas ao movimento para a criação desta instituição, esse projeto integraria as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Direito, Engenharia, Ciências Econômicas e as demais ligadas à saúde. Como a maior parte das instituições de ensino, a criação da universidade local foi atrelada a personagens da política local que no caso também era um dos diretores do jornal, vejamos:

“Valdir Melgaço: projeto Universidade de Uberlândia” – O deputado Valdir Melgaço que já está atuando com muito entusiasmo dentro da Assembleia Mineira, dentro de poucos dias, entrará com projeto criando a Universidade de Uberlândia. Além disso, o parlamentar udenista promete envidar todos os esforços possíveis no sentido de ver aprovado este projeto, que será de uma importância enorme para Cidade Jardim (*CORREIO DE UBERLÂNDIA*, 07/fevereiro/1963).

A gênese dessa universidade se deu a partir da criação do Instituto Uberlandense de Ensino, que posteriormente foi transformado em Fundação Educacional de Uberlândia<sup>9</sup>, abrigando, inicialmente, as Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas de Uberlândia, segundo Prieto (2010, p.384):

No ano de 1969 essas diferentes instituições foram reunidas em uma universidade, a Universidade de Uberlândia (UnU), mas continuaram mantendo sua autonomia. Anos depois, a UnU foi federalizada, consolidou-se como instituição de relevância acadêmica e social e expandiu-se em cursos e vagas, ajudando a tornar Uberlândia uma cidade universitária.

As matérias sobre a Universidade de Uberlândia sugerem que tal conquista faria parte do patrimônio material, intelectual e cultural do município mineiro, sendo apresentada como parte de um repertório de “benfeitorias” oriundas, especialmente, das práticas dos parlamentares Rondon Pacheco e Valdir Melgaço, definidos pelas páginas do Jornal *Correio de Uberlândia* como importantes políticos da região.

A categoria “Outros” totalizou 185 notícias. Esse número, que ultrapassou as demais, representava a diversidade de matérias sobre o ensino superior não só a nível municipal ou relativas a alguma instituição em específico, mas abordando políticas estaduais, nacionais e internacionais de bolsas de estudos, investimentos e conquistas das Universidades de Minas Gerais e a Universidade Rural, além das tentativas de criação de faculdades em cidades vizinhas, como Tupaciguara, Ituiutaba, Uberaba, dentre outras. Entre estas segue um exemplo:

“40 bolsas de estudos para Minas” A comissão mixta Brasil Estados Unidos, segundo comunicação enviada ao governo do Estado, por intermédio do engenheiro Lucas Lopes, acaba de destinar a candidatos mineiros 40 bolsas de estudos das 110 reservadas para todo o país [...] (*CORREIO DE UBERLÂNDIA*, 27/março/1952).

Vê-se acima que as conquistas internacionais de universitários uberlandenses e bolsas ofertadas para estudos no exterior fomentaram uma grande quantidade de publicações, assim como, as ações do movimento estudantil, representado pelas greves e reivindicações dos diretórios acadêmicos das respectivas faculdades do município, reverberando nas páginas do periódico durante o período pesquisado.

### *Considerações finais*

Percebe-se que a criação das instituições de nível superior no município mineiro visava consolidar a ideia de metrópole regional *progressista*, projetando a cidade no cenário nacional, em especial, no centro-oeste brasileiro, motivando investimentos estatais e privados, atraindo fluxo migratório para o Triângulo Mineiro e consolidando sua posição de liderança na região.

Nessas duas décadas de leitura do Jornal *Correio de Uberlândia*, pode-se perceber a mudança nos debates político-educacionais do periódico, evidenciada especialmente após o golpe de 1964. Enquanto que nos anos anteriores, o jornal expressava crítica implacável às deficiências sociais, em relação ao descaso da prefeitura e governo estadual com a infraestrutura dos grupos escolares, por exemplo, adotando uma postura crítica, após a implantação do governo autoritário, o periódico se limitou à publicar propaganda e anúncios, priorizando em suas páginas a criação de cursos de ensino superior, basicamente.

Dessa maneira, as quase cinco centenas de reportagens catalogadas e digitalizadas que tratavam desse nível de ensino, buscava debater questões de grande interesse da elite local, e ao mesmo tempo, apagar a precariedade crescente das escolas públicas que se multiplicavam sem nenhuma preocupação com a qualidade do serviço ofertado. Assim, entende-se que tantas páginas dedicadas a construção de representação do ensino superior enquanto signo de *progresso* e modernidade local atendia aos interesses de grupo seletivo da sociedade uberlandense que alcançavam tal nível de educação (menos de 3% à época). A bandeira de criação de instituições de ensino superior na cidade foi utilizada fortemente para a manutenção de determinados grupos nas instâncias instituídas de poder e o Jornal *Correio de Uberlândia* foi fundamental nessa tarefa de construção desse imaginário junto a sociedade local.

De modo geral, o período pesquisado (correspondente aos anos de 1950 a 1970), o jornal publicou notícias de diversas naturezas, não apenas debatendo conceitos ligados ao campo da educação, mas trazendo em suas páginas muitas campanhas publicitárias, propagadas de empresas privadas da educação e também matérias de ordem política, projetando Rondon Pacheco e Valdir Melgaço como protagonistas vitoriosos do cenário de conquistas importantes referentes, especialmente, ao ensino superior uberlandense, culminando no grande trunfo que foi a criação da Universidade de Uberlândia.

## Referências

ARAÚJO, J.C.S., GATTI JR, D. (orgs.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

CAPELATTO, Maria H.R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M. de Galhardo, Lisboa: Difel (85), Rio: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Luiz A. *A universidade crítica: o ensino superior na República populista*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1983.

\_\_\_\_\_. "Ensino superior e universidade no Brasil" In LOPES, E.M., VEIGA, C.G.; FARIA FILHO, L. (orgs.). *500 anos da Educação no Brasil*. Belo Horizonte-MG: Ed. Autêntica, 2016.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas*. In: PINSKY, Carla. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDONÇA, Ana W. P. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

MIGUEL, Fuad. Jacy de Assis o Mestre, e 25 anos do Curso de Direito da UFU. *Revista do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia* – v. 14, p. 491-498, 1985.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B.C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 9-15.

PASQUINE, Adriana Salvaterra; César Alencar Arnaut, TOLEDO. Historiografia da Educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. *Interfaces Científicas – Educação*. Aracaju, v.2, n.3, p. 257 – 267, Jun/2014.

PRIETO, Élisson Cesar. Os 50 anos da Faculdade de Direito no espaço e no tempo da Universidade Federal de Uberlândia. *Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia*, v. 38, n.2, 383-406, 2010.

\_\_\_\_\_, Élisson Cesar. Universidade Federal de Uberlândia: recortes de uma história. Edufu: Uberlândia, 2019. Disponível em < [http://adufu.org.br/post/artigos-opinio/universidade\\_federal\\_de\\_uberlandia\\_recortes\\_de\\_uma\\_historia/](http://adufu.org.br/post/artigos-opinio/universidade_federal_de_uberlandia_recortes_de_uma_historia/) > Acesso em 15/08/2019.

QUILLICI NETO, Armindo. Concepção Política e Histórica da Formação da Educação Superior no Brasil: da Origem aos Dias Atuais. *Revista Publicatio UEPG*. Ponta Grossa, 18 (1): 47-59, jan-jun/2010.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: a Organização Escolar*. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

RIOUX, Jean Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès; TÈTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Baurú: EDUSC, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil (1930/73)*. Petrópolis/UFMG: Vozes, 1976.

SANTOS, Regma M. Práticas Culturais: as Tipografias, os Jornais e as Livrarias de Uberlândia (1897–1950). *História & Perspectivas*, Uberlândia (40): 207-226, jan./jun.2009.

---

<sup>1</sup> O projeto contou com o apoio da FAPEMIG que financiou o mesmo com a concessão de 12 meses de bolsa de IC para que se pudesse desenvolver a primeira parte do levantamento de dados da pesquisa junto ao Arquivo Municipal de Uberlândia-MG, resultando na catalogação e digitalização de 846 matérias do jornal “O Repórter” no período de 1950 a 1963 quando esse veículo deixou de circular na cidade de Uberlândia. A segunda etapa o foco foi o Jornal Correio de Uberlândia cujos resultados parciais apresentamos no presente artigo.

<sup>2</sup> Em razão de defesa militar foram criadas em 1808, a Academia Real de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar para a formação de engenheiros civis e oficiais. Para o campo da saúde, em 1808 foi criado o curso de cirurgia na Bahia, dando origem ao Hospital Militar que também abrigou o curso de anatomia, posteriormente, em 1809, foi criado o curso de medicina. Também na Bahia foram criados os cursos de Economia (1808), de Agricultura (1812) e o de Química (1817), entre outros (RIBEIRO, 2001).

<sup>3</sup> “Para os liberais, a criação de uma universidade no país era vista como uma importante tarefa no campo educativo, mesmo quando reconheciam ser a instrução das massas precária ou quase inexistente. Já os positivistas

brasileiros opunham-se violentamente à criação de uma universidade por acreditarem tratar-se de uma instituição irremediavelmente comprometida com o conhecimento metafísico (na classificação comteana), que a ciências estava destinada a substituir (CUNHA, 2016, p.156).”

<sup>44</sup> O professor Jacy de Assis, falecido em 1995, além de ser o principal e idealizador da Faculdade de Direito, foi o primeiro diretor da instituição. Apesar de mineiro, inicia sua carreira em Buriti Alegre (GO). A sua vinda à Uberlândia se dá por perseguições políticas. Na cidade, trabalha como promotor de Justiça e professor, sendo, pois professor e Diretor da Faculdade de direito, como mencionado acima. Entre os anos 1967 e 1971, retorna a Goiás para trabalhar como Procurador Geral do Estado. Suas obras jurídicas podem ser consultadas no acervo da Sala Jacy de Assis da Biblioteca do campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica.

<sup>5</sup> Natural de Uberlândia, Juarez Altafin nasceu em 1922 e se formou na então Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1949. Foi Promotor de Justiça em Estrela do Sul e Cabo Verde, municípios de Minas Gerais; Juiz de Direito nas comarcas de Cabo Verde, Monte Alegre de Minas e Prata (MG) e Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, de Uberlândia (Poder Judiciário da União). Juarez Altafin também foi Desembargador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (aposentado em 1977). Na Universidade, lecionou na área de Direito, foi Diretor de Faculdade, vice-reitor e o primeiro reitor (1971-1975) da então Universidade de Uberlândia, a UnU, que deu origem à UFU. Em 1992, se aposentou.

<sup>6</sup> Valdir Melgaço Barbosa nasceu em [Pequi \(10 de junho de 1928\)](#) e faleceu em [Belo Horizonte \(31 de julho de 2012\)](#). Foi um [advogado](#) e [político brasileiro](#) do estado de [Minas Gerais](#). Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1951, foi nomeado promotor de justiça, mas não chegou a assumir o cargo, optando pelo exercício da advocacia, em Uberlândia/MG, onde, logo depois, foi eleito vereador, por dois mandatos. Ali, foi presidente da Comissão de Justiça e líder da bancada da UDN. Dirigiu também o jornal *Correio de Uberlândia*, presidiu o Uberlândia Esporte Clube e fez parte da sociedade que controla uma emissora de rádio daquela cidade. Foi deputado estadual por 3 mandatos consecutivos, da 5ª à 7ª legislatura (1963/1975), 1º vice-presidente da Comissão Executiva da Assembleia (1969), vice-líder da UDN (1964) e da Arena (1970), vice-presidente das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1963/1965) e de Constituição e Justiça (1973) e membro das Comissões de Siderurgia e Mineração (1965 e 1971), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1966 e 1972), de Redação (1971), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1972/1974) e de Economia e Obras Públicas (1974). Também foi diretor administrativo da empresa de economia mista Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg) e integrou a diretoria da Companhia de Telefones do Brasil Central, proprietária do jornal *Correio de Uberlândia*, por isso Melgaço assumiu a direção do jornal por alguns anos.

<sup>7</sup> Nasceu em Uberlândia no ano de 1919 e era filho de Raulino Cotta Pacheco e Nicolina dos Santos Pacheco. Iniciou o curso de Direito na terra natal e, em seguida, foi para a capital [Belo Horizonte](#) onde concluiu os estudos, advogou e iniciou a carreira pública. Começou a vida política ainda estudante da Faculdade de Direito da UMG, hoje UFMG, quando em 1942, foi Presidente do CAAP - Centro Acadêmico Afonso Pena - uma das mais tradicionais entidades estudantis do Brasil e a mais antiga de Minas Gerais, combatendo o Estado Novo no período da ditadura do ex-presidente Getúlio Vargas. Participou da elaboração do Manifesto dos Mineiros de 24 de outubro de 1943 em defesa da redemocratização e do fim do Estado Novo. Na década de 1960, havia se aliado a movimentos conservadores que apoiaram a destituição do presidente João Goulart, foi uma das lideranças civis do regime militar. Era porém considerado uma figura incômoda pela linha dura do regime militar. Em 14 de agosto de 1969 pelo decreto lei 762 criou a Universidade de Uberlândia (UnU) posteriormente Universidade Federal de Uberlândia quando foi ministro-chefe do gabinete do presidente Arthur da Costa e Silva. Em 3 de outubro de 1970 foi eleito Governador de Minas Gerais pela Assembleia Legislativa, assumindo o cargo em 15 de março de 1971. Com a extinção do bipartidarismo, se filiou ao [PDS](#) e em 1982 se elegeu deputado federal novamente. Até então é o governador mais longo da história de Minas Gerais

<sup>8</sup> Na reportagem de 21/22 de agosto de 1966, percebe-se o engajamento político e a expectativa social sobre a criação da Faculdade de Medicina para Uberlândia, bem como, a repercussão regional e nacional a despeito da possibilidade de fundação desta instituição que exaltará ainda mais a metrópole do Triângulo Mineiro.

<sup>9</sup> “Legalizada a Fundação Educacional de Uberlândia” – O “Diário Oficial” na sua edição de 29 de janeiro último, publicou o decreto nº 2.143 de 22 do mesmo mês, assinado pelo primeiro ministro Hermes Lima e referendado pelo Ministro da Educação Darcy Ribeiro, aprovando a transformação da Instituição Uberlandense de Ensino em Fundação Educacional de Uberlândia, mantendo para esta a obrigação de mantenedora da Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (*CORREIO DE UBERLÂNDIA*, 05/fevereiro/1963).